



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2023

No que respeita à Educação e aos professores não se pode dizer que seja mais do mesmo;

na verdade, tudo aponta para que seja ainda menos do que era, a começar pelos salários!

O ministro da Educação assumiu, recentemente, o compromisso de criar condições de atratividade da profissão docente. Tendo em consideração o teor da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2023 (OE2023), o que prevê para o pessoal docente e, de uma forma geral, para a Educação, é legítimo inferir que o ministro João Costa, entre Nova Iorque (onde assumiu o compromisso) e Lisboa se arrependeu e deixou cair a intenção que manifestou, concretizada em compromisso.

A proposta de Orçamento do Estado para 2023, no que aos professores e educadores diz respeito, não representa mais do mesmo, mas menos ainda, uma vez que em relação aos salários, por exemplo, o que se prevê é uma **nova perda de poder de compra**, em cima de mais de uma década sempre a perder. Assim:

- Salários: Governo pretende continuar a reduzir o valor real dos salários dos professores

A inflação entre 2010 e 2021 atingiu 14,06%; nesse período, os salários foram atualizados em 0,3% em 2020.

A inflação em 2022 será, segundo entidades oficiais, 7,8%, estando atualmente em mais de 9%; nestes dois anos, só em 2022 houve atualização salarial, no valor de 0,9%.

Face aos números atrás referidos, os **salários dos docentes sofreram uma desvalorização na ordem dos 24% entre 2010 e 2022**. Como se não bastasse, o OE para 2023 prevê uma “atualização” que, no caso dos docentes, se situa entre os 3,4% no escalão de ingresso (52 euros), reduzindo-se progressivamente até, a partir do 8.º escalão da carreira, se fixar nos 2%. Se estes valores já se traduziriam em nova desvalorização no caso de o valor da inflação ser de 4%, como afirma o governo, a situação será ainda mais negativa se tivermos em conta, por exemplo, os 5,1% previstos pelo Conselho de Finanças Públicas.

- Carreira docente: Governo passa ao lado dos problemas que se abatem sobre a carreira

A FENPROF pretende discutir com o Governo um protocolo negocial que, entre outros aspetos, devolva aos professores a carreira a que têm direito. Contudo, o ministro tem evitado essa discussão vindo agora, a proposta de Lei do OE 2023 confirmar o motivo: não está nas intenções dos governantes recompor a carreira dos professores, a quem continuam a ser roubados mais de 6,5 anos de tempo de serviço que esteve congelado, mais 3 a 5 anos

decorrentes das transições entre diferentes estruturas de carreira, nem eliminar o regime de vagas que já impede mais de 5500 docentes de progredirem aos 5.º e 7.º escalões.

Para além da indispensável recomposição da carreira, urge acabar com as injustas quotas na avaliação que, em limite, impedem 75% dos docentes de serem avaliados com as menções de Muito Bom e Excelente, ainda que lhes seja atribuída uma classificação superior a 8 ou 9 valores, respetivamente.

- Combate à precariedade mais uma vez adiado

Nem uma palavra é dedicada a este grave problema que afeta os docentes, muitos deles para lá dos 50 anos de idade e dos 20 de serviço. Mas o OE2023 não esquece a aprovação de um novo regime de recrutamento (concursos) de professores, o qual a FENPROF há muito reivindica, mas demarcando-se completamente do principal objetivo pretendido pelo Governo e Ministério da Educação: transferir para os diretores a contratação e mesmo a entrada nos quadros. A FENPROF acompanha a rejeição veemente dos professores em relação a esta intenção dos governantes, cujo objetivo é criar um corpo docente submisso, acrítico, obediente, para além de serem criadas condições favoráveis ao “amiguismo” na escolha dos professores.

- Rejuvenescimento do corpo docente: mais uma promessa que não é cumprida

Nem uma palavra sobre a aplicação, em 2023, do regime de pré-reforma aos docentes, nem qualquer abertura para negociar um regime de aposentação específico para os educadores e professores, pelo facto de estes profissionais estarem sujeitos a um forte e reconhecido desgaste físico, psíquico, psicológico e emocional ao longo da sua carreira. Não surpreende que do envelhecimento crescente do corpo docente, a par do novo regime de Mobilidade por Doença imposto pelo ME, resulte o aumento do número de baixas médicas dos professores.

- Horários de trabalho: abusos e ilegalidades continuarão por corrigir

Os abusos e ilegalidades que afetam os horários de trabalho de muitos milhares de docentes são do conhecimento do ministro. A sua regularização passaria por, em muitos casos, reforçar o investimento nos profissionais, permitindo aumentar o número de docentes com horários completos em todas as escolas, no entanto, essa não é medida que conste desta proposta de OE2023.

- Incentivos à colocação de docentes em zonas para as quais é necessário atrair professores: zero!

Esperava-se que o OE2023 previsse incentivos para a deslocação de professores para as regiões onde se sente mais a falta, designadamente as áreas de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Mas nada consta na proposta de OE2023 nesse sentido, o que faz supor que os responsáveis do Ministério da Educação convivem bem com a contratação de não profissionalizados, considerando que o problema se resolve dessa forma. Segundo foi divulgado há dias na comunicação social, na sequência de informação do ME, o número de não profissionalizados contratados pelas escolas, no início de outubro, atingia os 1163, mais 263 do que há um ano no mesmo período (crescimento de quase 30%). Provavelmente esse é o caminho que os governantes consideram, se não mais adequado, pelo menos mais prático.

- Compensação ao desgaste acrescido no exercício da profissão em regime de monodocência: nada, uma vez mais

A acompanhar o discurso do ministro de então, António Costa, há dois anos, prometeu que tomaria algumas medidas destinadas aos docentes em regime de monodocência e, de forma genérica, inscreveu isso no OE. Não foi tomada qualquer medida e, no Orçamento de 2022, esse objetivo desapareceu. A FENPROF continuou a exigir que o governo clarificasse quais as medidas que previa, porém, o governo não só não clarificou, como volta a omitir qualquer referência ao assunto na proposta de OE2023, confirmando que as suas promessas não passaram disso mesmo.

- Combater o excesso de burocracia: será desta? Já custa a acreditar!

A única medida positiva destinada aos professores que o OE prevê é a redução da burocracia, mas, ainda assim, limita-se, para já, à criação de grupos focais para identificar quais as tarefas que são burocráticas. Ainda João Costa era Secretário de Estado e já se comprometia a reduzir a burocracia, solicitando listas de tarefas que fossem consideradas como tal. Recebeu várias, a última das quais recentemente, já ministro, com a identificação de tarefas burocráticas que são impostas aos educadores e aos professores, discriminadas por nível e grau de ensino. Apesar disso, nada foi feito para resolver o problema. Face ao que tem acontecido, é legítimo afirmar que teremos de ver para crer, até porque à progressiva digitalização da administração educativa tem correspondido o aumento da burocracia, com os professores a serem obrigados a preencher cada vez mais plataformas com informação, trabalho que deveria estar atribuído aos serviços administrativos.

Financiamento público da Educação em 2023:

Portugal vai continuar no pelotão da retaguarda

Embora o governo justifique com as transferências de competências no âmbito da municipalização da Educação, o que se destaca é que, em despesa total consolidada, a Educação recua 7,6%, passando dos 7 502,4 milhões estimados em 2022 para 6 933,3 milhões de euros orçamentados para 2023.

Poderia esta ser uma redução considerada normal se Portugal já investisse na Educação ao nível do que acontece em outros países, mas não é assim. Como se ficou a saber recentemente, Portugal gasta por ano menos 1500 euros por aluno do 1.º ao 12.º ano do que gastam, em média, os países da OCDE (tendo em conta a Paridade do Poder de Compra para o Produto Interno Bruto – PPC para o PIB). Se tivermos em conta que os alunos dos Ensinos Básico e Secundário, em 2021, eram 1 319 731 e multiplicarmos esse número por 1500 euros, falamos de uma diferença de menos 1 976,6 milhões de euros para a média da OCDE.

Admitindo que o recuo de 569,1 Milhões de euros no financiamento público da Educação corresponde aos não docentes que passaram para os municípios, ainda assim ficam a faltar acima de 1 976 Milhões de euros para atingirmos aquela média, o que significa que o **financiamento público da Educação, inscrito no OE 2023, deveria ser da ordem dos 8909,9 Milhões de euros**. Mas não é. Pelo contrário, está muito longe disso, caindo para 3,2% do PIB, quase metade do que é recomendado no plano internacional.

Assim não pode ser e a luta dos professores torna-se inevitável!

Os professores não se conformam com a contínua desconsideração a que estão sujeitos. Ano após ano, os problemas arrastam-se e muitos deles agravam-se sem que o governo aceite negociar a

sua resolução. À crescente falta de professores responde o governo com a necessidade de tornar atrativa a profissão, no entanto, quando chega o momento de tomar medidas, de investir na profissão, de resolver os problemas da carreira, da precariedade, dos horários de trabalho ou da aposentação, que são, verdadeiramente, os que estão na base dessa falta de atratividade, não há qualquer medida que seja proposta ou aceite por parte da tutela. Isto assim não pode continuar e a FENPROF, com os professores, em convergência com outras organizações ou em ações específicas, irá mobilizar os professores para a luta. Ela é inevitável não só para demonstrar o mal-estar que se vive na profissão e protestar, como para exigir soluções para os problemas, já que a abertura para a negociação é escassa e, nos poucos processos que foram desenvolvidos, o Ministério limitou-se a impor a sua decisão, sendo exemplo maior o que aconteceu com a Mobilidade por Doença.

Lisboa, 12 de outubro de 2022

O Secretariado Nacional da FENPROF